

Livre comércio e pobreza

Quando iniciou a chamada globalização neoliberal nos diziam que tudo havia mudado e o que garantiria acabar com a pobreza era o chamado *livre comércio*. Que mudanças eram essas? Vimos fechar várias fábricas, aumentar o poder do latifúndio, uma onda de privatização em que serviços e empresas públicas foram transformados em empresas privadas. Passamos a ver cada vez mais produtos estrangeiros ou de grandes empresas que geram poucos empregos e enviam muito dinheiro para seus países de origem. Vimos também aumentar o discurso sobre a modernização da agricultura e a importância de exportar produtos agrícolas. Para isso dizem que é melhor apoiar o cultivo dos transgênicos, para que as grandes multinacionais possam aumentar sua produção, embora os pequenos produtores fiquem reféns das grandes empresas de semente. E o mercado diz que é assim mesmo porque o que importa é a produtividade. Mas o discurso mais permanente era o do superávit primário (meta imposta aos governos segundo a qual deve-se gastar menos do que se arrecada).

Outro lado da moeda mostra o aumento do desemprego, dos sem terra e sem casa. Vimos

aumentar a violência, o tráfico de mulheres e crianças. Enfim aumentou o número de pobres e a perda de direitos já conquistados. Dessa forma vimos que o neoliberalismo coloca a liberdade do mercado e o aumento do lucro acima das necessidades e do bem-estar das pessoas.

Além disso, nesse novo sistema, as definições do que é ou não economia e sobre o funcionamento das relações econômicas estão cada vez menos controladas pelos governos e mais ligadas a instituições como o FMI, BM, OMC.

Forma concreta como isso se dá é através das regras da OMC e dos acordos comerciais. O mais conhecido entre nós é a tentativa de implantar a Alca e o acordo União Européia-Mercosul (que o Brasil faz parte). Trata-se de abrir os mercados dos países mais pobres para que sejam explorados pelas corporações e investidores. Embora esses acordos sejam definidos como “comerciais”, envolvem muito mais do que compra e venda de produtos. Na prática, esses acordos trazem como resultados a pobreza, a acelerada destruição do meio ambiente, piores condições de vida e trabalho.

Não à tirania do livre comércio

As mulheres são 70% da população pobre do mundo, para quem o *livre comércio* não oferece solução e diz que ser mulher é ser flexível e ter paciência; que é muito bonito que depois de um dia de trabalho ainda cuidemos sozinhas da casa, das crianças, das pessoas doentes, que isso é melhor que dispor de serviços públicos de saúde e educação, que serviços públicos são coisas do passado, porque assim funciona o mercado. Nos diz que se por isso nos sentimos cansadas, basta comprar numa farmácia os novos remédios que prometem dar fim às dores do corpo e da alma. Nós mulheres dizemos não à essa tirania do *livre comércio* que destrói direitos conquistados. Dizendo não à OMC, à Alca e a outros tratados estamos recusando um sistema econômico e social em que somos e seremos cada vez mais tratadas como mercadorias pelo fato de sermos mulheres. Lutamos contra um modelo que faz propaganda da subordinação das

mulheres e se apóia no silêncio e no machismo. Não aceitamos que nossos corpos sejam postos à serviço da concorrência capitalista pelas campanhas publicitárias. Não aceitamos que nossos governos defendam o interesse de lucro de uma empresa ao invés de garantir políticas que atendam as necessidades e direitos da maioria da população.

